

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

BIANCA ROCHA DE MIRANDA

**ENCARCERAMENTO E PUNIÇÃO: ESTRUTURA SOCIAL E O
APRISIONAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA**

**CURITIBA
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

BIANCA ROCHA DE MIRANDA

ENCARCERAMENTO E PUNIÇÃO: ESTRUTURA SOCIAL E O
APRISIONAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de especialista em
Sociologia Política na Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Profa. Fábiana Berlatto.

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

BIANCA ROCHA DE MIRANDA

ENCARCERAMENTO E PUNIÇÃO: ESTRUTURA SOCIAL E O APRISIONAMENTO
DA JUVENTUDE NEGRA

Monografia apresentada como requisito essencial para obtenção do título de Especialista no curso de Especialização em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná.

Profa. Mestre Flávia Berlatto
Orientadora – Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal, UFPR.

Curitiba, Janeiro de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu filho Heitor por ser uma criança compreensível e paciente nos momentos que tive que me ausentar enquanto mãe devido ao curso e à elaboração desse trabalho.

Agradeço ao meu companheiro Jeferson pela motivação, apoio e carinho constante durante esse processo.

Agradeço a minha amiga Sarah pelo companheirismo durante todas as etapas deste curso.

Agradeço ao meu amigo Diego Zamura por me instigar a refletir sobre os problemas étnicos-raciais e punitivos.

Agradeço as Professoras e Professores do curso de Especialização em Sociologia e política da UFPR pela formação que me concederam.

Agradeço a Professora Fábila Berlatto que pacientemente me orientou nesse trabalho contribuindo de forma significativa para a minha formação.

Agradeço especialmente a minha mãe Zilma a minha irmã Nicole e aos meus familiares Zélia, Neri, Simone e Sabrina por estarem junto ao meu filho nos momentos em que estive ausente devido ao curso e a realização desse trabalho. Certamente sem a colaboração de vocês nada disso seria possível.

“Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.”

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Este trabalho busca apresentar uma análise sobre as diferentes formas de punições atreladas aos diferentes contextos e as estruturas sociais econômicas. Essas como sendo fatores determinantes para as formas de punir em determinadas sociedades. Identificando a partir disso que as estruturas punitivas historicamente reproduzem como alvo, as classes subalternas da sociedade, essas identificadas durante todos os períodos históricos como vítimas de um sistema encarcerador. Com relação ao Brasil o trabalho traça uma perspectiva teórica sobre o desenvolvimento econômico no país da saída de uma sociedade agrária para uma ordem social liberal, que não integra determinados grupos a um projeto de ascensão social, além de possuir mecanismos de exclusão e marginalização social de tais grupos. Com essa perspectiva é possível notar que a estrutura social brasileira traz reflexos no constante crescimento da população encarcerada jovem e negra conforme os dados apresentados na pesquisa, possibilitando um o debate com relação à problematização das classes, dos grupos e das etnias historicamente vítimas da punição encarceradora.

Palavras Chave: Estrutura Social. Encarceramento. Punição. Juventude Negra.

ABSTRACT

This study aims to present an analysis of the different forms of punishments linked to different contexts and economic social structures. Such as determining factors for forms of punishment in certain societies. Identifying from this that the punitive structures reproduce historically targeted the lower classes of society, those identified during the historical periods as victims of a jailer system. With regard to Brazil this study provides a theoretical perspective on economic development in the country of departure from an agrarian society to a liberal social order, which is not part of certain groups to a social mobility project, in addition to having mechanisms of social exclusion. With this perspective it is possible to note that the Brazilian social structure brings reflections on the steady growth of the population incarcerated young black according to data presented in the survey, providing a debate regarding the questioning of classes, groups and ethnic groups historically victims of punishment incarceration .

Keyword: Social structure. Incarceration. Punishment. Black youth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – POPULAÇÃO PRISIONAL BRASILEIRA EM NÚMEROS ABSOLUTOS. BRASIL 2005 A 2012. 24

FIGURA 2 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO PRISIONAL SEGUNDO ESCOLARIDADE. BRASIL. 2005 A 2012. 26

FIGURA 3 – POPULAÇÃO PRISIONAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. BRASIL. 2005 A 2012. 27

FIGURA 4 – POPULAÇÃO PRISIONAL SEGUNDO COR/RAÇA. BRASIL. 2005 A 2012. 28

FIGURA 5 – TAXA DE ENCARCERAMENTO POR 100 MIL HABITANTES SEGUNDO BRANCOS E NEGROS. BRASIL. 2005 A 2012. 29

FIGURA 6 - TAXA DE ENCARCERAMENTO PO 100 MIL HABITANTES SEGUNDO BRANCOS E NEGROS UF'S REGIÕES E BRASIL. 2007 A 2012. 30

FIGURA 7 - TAXA DE ENCARCERAMENTO DE NEGROS. UF'S. 2007 E 2012. 31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CRIME CONTRA A SOCIEDADE E PUNIÇÃO DADA PELA SOCIEDADE: SOBRE O CRIME E A PENA NA VISÃO DE DURKHEIM.....	11
1.1 A SOCIEDADE E O CRIME.....	11
1.2 A SOCIEDADE E A PUNIÇÃO.....	12
1.3 A SOCIEDADE O ESTADO E A PENA.....	14
2. PENA COMO CONSEQUÊNCIA DAS ESTRUTURAS ECONOMICAS DA SOCIEDADE.....	14
2.1. IDADE MÉDIA E A PENA.....	15
2.2. MERCANTILISMO E A PRISÃO.....	16
2.3. A EVOLUÇÃO DAS PENALIZAÇÕES E O ILUMINISMO.....	17
2.4. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS PUNIÇÕES.....	19
3. A ESTRUTURA ESCRAVISTA E A REPRODUÇÃO DA MARGINALIZAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL.....	20
4. JUVENTUDE NEGRA ALVO DAS PUNIÇÕES.....	24
4.1. ENCARCERAMENTO NO BRASIL.....	24
4.2. ENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA.....	28
CONCLUSÃO.....	34
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	35

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica que busca analisar as formas de punição em diferentes sociedades atreladas a uma estrutura social vigente, que determina a partir de suas condições sociais e econômicas os mecanismos de punição compatíveis com o contexto histórico em que se encontram.

Para isso, foi realizada uma pesquisa sobre a definição dos conceitos de crime e pena na visão sociológica e clássica de Durkheim, que parte de uma correlação entre a sociedade o crime e a pena. Com relação aos diferentes contextos históricos da punição junto às relações estruturais econômicas que as determinam, realizou-se a leitura dos autores Rusche e Kirchheimer, para identificar os diferentes mecanismos de punição em diferentes contextos sociais e econômicos, junto às classes sociais que passam a ser alvo de tais punições. Sobre o problema estrutural do Brasil com relação a uma herança escravista e a passagem de uma sociedade agrária para competitiva e suas consequências com relação ao negro na sociedade fez-se uma pesquisa baseada no autor Fernandes, para ilustrar as questões estruturais do Brasil que condicionam determinadas categorias à marginalização e consequentemente à punição. Para evidenciar o problema do encarceramento à determinadas categorias, foram analisados dados do Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil de 2015, para elucidar a problemática da punição e do encarceramento da juventude negra. Junto aos dados coletados tentou-se problematizar tais fatores junto ao autor Wacquant, que retrata os problemas de um Estado encarcerador de classes sociais inferiorizadas historicamente, se mantendo por tanto como impotente para a resolução dos problemas sociais, econômicos e principalmente com o problema da criminalidade.

Partiu-se da hipótese de que a estrutura social e econômica no Brasil, originada de um formato escravista e posteriormente se inserindo em um formato de livre trabalho competitivo, e não possibilitando a inclusão de determinados segmentos da sociedade nesse contexto, trouxe consequências atualmente com relação à exclusão e a marginalização de tais grupos encontrados como alvo do sistema de punitivo. Tendo como objetivo problematizar a punição da juventude negra como sendo resultado das estruturas históricas e sociais presentes no Brasil, possibilitando a identificação de fatores sociais, históricos e econômicos e sua relação com a criminalização e a marginalização dos jovens negros atualmente dentro de uma forma de punição encarceradora.

1. CRIME CONTRA A SOCIEDADE E PUNIÇÃO DADA PELA SOCIEDADE: SOBRE O CRIME E A PENA NA VISÃO DE DURKHEIM

Para tratar sobre a questão da punição dentro de um meio social, é importante que se identifique dentro da literatura clássica, conceitos e definições relevantes para o debate sobre a penalização e o crime. Dessa forma como proposta inicial do trabalho buscara-se apresentar a partir de uma perspectiva sociológica clássica funcionalista, elementos sobre a pena e o crime na sociedade.

1.1 A SOCIEDADE E O CRIME

Segundo Durkheim as diferenças atraem e unem os indivíduos em sociedade, tendo a moral também grande importância na contribuição do desenvolvimento da sociedade. Sendo assim a divisão do trabalho possui também um caráter moral, por contribuir com questões de ordem, harmonia e solidariedade social, trazendo a interdependência entre os indivíduos, o que faz com que a sociedade “funcione”. A solidariedade social segundo Durkheim advém do direito, ou seja, as relações dentro da solidariedade são proporcionais as das regras jurídicas que as determinam:

De fato, a vida social, onde quer que exista de maneira duradoura, tende a inevitavelmente a tomar uma forma definida e a se organizar, e o direito nada mais é que essa mesma organização no que ela tem de mais estável e de mais preciso. A vida geral da sociedade não pode se estender num ponto sem que a vida jurídica nele se estenda ao mesmo tempo e na mesma proporção. (DURKHEIM, 1999 p.31 – 32).

O que se identifica portanto, é que a interdependência entre os indivíduos dentro de uma sociedade segundo Durkheim, só existe devido a existência de leis e regras jurídicas que determinam o comportamento e convívio dos indivíduos em comunidade. A partir disso que se pode formular questões relacionadas ao que é considerado um comportamento “ruim” ou criminoso dentro de um meio social.

Durkheim afirma que o vínculo da solidariedade social e do direito repressivo (direito penal) é o crime, que gera contra o autor a pena, trazendo o questionamento sobre como definir de fato o que é o crime. Dessa forma Durkheim coloca que há algo em comum nos crimes, mesmo os que são punidos em diferentes tipos sociais existem “semelhanças essenciais” e para responder em que consiste o crime, segundo o autor é necessário analisar “*as características idênticas em todas as variedades criminológicas dos diferentes tipos sociais*”. (DURKHEIM, 1999, p. 40).

Uma das características que Durkheim aponta é de que mesmo que alguns atos sejam considerados prejudiciais à sociedade, nem todos terão uma pena compatível com o tamanho

do “dano” causado à sociedade. Outra Característica comum presente é de que: os crimes são: “universalmente reprovados pelos membros da sociedade” (DURKHEIM, 1999, p. 43).

Dessa forma na visão de Durkheim são os sentimentos coletivos que definem o crime, ou seja, ações que venham a ser consideradas contrárias as condutas coletivas aceitas dos indivíduos perante a sociedade, sendo emoções e tendências reproduzidas na sociedade:

O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à media dos membros de uma sociedade podemos chama-lo de consciência coletiva ou comum, mas tem característica específica que fazem dela uma realidade distinta. [...] As funções jurídicas, governamentais, científicas, industriais, são todas funções especiais, são de ordem psíquica, pois consistem em sistemas de representações e de ações; no entanto, elas estão evidentemente fora da consciência comum. [...] Portanto resumindo a análise que se precede, podemos dizer que um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva. (DURKHEIM, 1999, p. 50-51).

Segundo Durkheim quando se institui um poder governamental para inserir regras de conduta na sociedade, automaticamente tem-se a instituição também de sanções punitivas, portanto na visão de Durkheim o Estado pode criar determinados delitos, agravar outros, ou até mesmo denominar como crime ações que não venham a ferir a “consciência coletiva”, mas é essa última que na visão de Durkheim, que será a fonte geradora para se determinar o que será considerado crime pelo direito penal.

1.2 A SOCIEDADE E A PUNIÇÃO

A pena consiste numa ação passional, segundo Durkheim não é mais para se vingar que a sociedade pune, mas para se defender. A pena se adapta a novas condições de existência, porém segundo o autor é um erro afirmar que a vingança seja inútil, segundo ele nos vingamos de coisas que fazem mal e trazem perigo. Dessa forma não existe um grande abismo entre a pena passada e a que se tem presente. Durkheim utiliza como base sociedades primitivas onde os indivíduos punem por punir: *“fazem o culpado sofrer unicamente para fazê-lo sofrer e sem esperar, para si, nenhuma vantagem do sofrimento que lhe impõem. Prova-o o fato de não procurarem punir de maneira justa ou útil, mas apenas punir”*. (DURKHEIM, 1999 p. 57).

Outro exemplo que Durkheim se atem para justificar que não existe um profundo abismo entre a questão da vingança, é a punição em Roma:

Em Roma, mais uma vez, o ladrão devia não apenas restituir o objeto roubado, mas pagar além disso, uma multa equivalente ao duplo ou ao quádruplo do valor deste. Aliás, a pena tão generalizada de talião porventura não é uma satisfação dada à paixão da vingança? (DURKHEIM, 1999 p. 57).

A diferença segundo Durkheim é que a pena no mundo civilizado produz efeitos com maior consciência, pois mesmo que exerça uma influência na consciência individual e social, não pode mudar a sua natureza, dessa forma a estrutura permanece a mesma, e assim os

elementos da pena das sociedades primitivas são segundo Durkheim os mesmos das sociedades civilizadas. Os castigos legais segundo o autor, são uma espécie de suplício suplementar e sem finalidade se não compensar o mal pelo mal, e para justificar tal afirmação Durkheim coloca um exemplo de como funciona as penas nos tribunais:

Basta aliás, ver nos tribunais como a pena funciona, para reconhecer que seu móvel é totalmente passional; porque é a paixões que se dirigem tanto o magistrado que acusa, como o advogado que defende. Este procura suscitar a simpatia pelo culpado, aquele, despertar sentimentos sociais que o ato criminoso ofendeu, e é sob a influência dessas paixões contrárias que o juiz pronuncia sua sentença. (DURKHEIM, 1999, p. 61).

Dessa forma segundo Durkheim, a natureza da pena não se modifica essencialmente, o que ocorre segundo o autor é um direcionamento para a necessidade de vingança, e a prevenção que surge nesse contexto impede, ou cria barreiras para que as penas se direcionem totalmente pela ação cega da paixão, opondo-se a violências exageradas e a perda da razão, podendo assim dizer que a pena segundo Durkheim consiste numa reação passional de intensidade graduada. Tal reação ou sentença advém não do indivíduo, mas da sociedade sendo representada pelo Estado, portanto ela seria a “mandatária” do direito de punir:

Mas de onde emana essa reação? Do indivíduo ou da sociedade? Todo mundo sabe que é a sociedade que pune; mas poderia acontecer que não o fizesse por conta. O que põe fora de dúvida o caráter social da pena é que, uma vez pronunciada ela só pode ser suspensa pelo governo em nome da sociedade. (DURKHEIM, 1999, p. 62).

Para justificar tal afirmativa Durkheim se atribui as origens do direito penal na Índia, Judeia, Egito, Germânia, Grécia e Roma que são fundamentados pelo caráter religioso. Sendo portanto a religião segundo Durkheim “essencialmente social”, seus interesses serão da mesma forma, pois exercem no indivíduo coerções permanentes, fazendo com que ajam de determinada forma, e os que não se adequam a tais regras coercitivas, ofendem à sociedade:

[...] é certo que o direito penal era, na origem, essencialmente religioso. É este um fato evidente da Índia e da Judeia, já que o direito aí praticado era tido como revelação. No Egito os dez livros de Hermes, que continham o direito criminal com todas as outras leis relativas ao governo do Estado, eram chamados de sacerdotais, [...] os sacerdotes exerceram desde sempre o poder judiciário. O mesmo se dava na antiga Germânia. Na Grécia, a justiça era considerada uma emanção de Júpiter, e o sentimento, uma vingança do deus. Em Roma, as origens religiosas do direito penal são evidenciadas tanto por velhas tradições, como por práticas arcaicas que subsistiram até bem tarde como pela própria terminologia jurídica. [...] Portanto o direito criminal é primitivamente, um direito religioso, podemos estar certo de que os interesses que a que serve são sociais. São ofensas a eles próprios que os deuses vingam com a pena, não as dos particulares; ora, as ofensas contra os deuses são ofensas contra a sociedade. (DURKHEIM, 1999, p. 63-64).

Portanto a repressão legal segundo Durkheim se diferencia da vingança ou da repressão difusa, devido ao fato da primeira ser organizada, ou seja, uma organização que representa a vontade coletiva, sendo um órgão definido que expressa a vontade da sociedade, portanto a pena “*consiste, pois numa reação [...] que a sociedade exerce por intermédio de*

um corpo constituído contra aqueles de seus membros que violaram certas regras de conduta.” (DURKHEIM, 1999, p. 68).

1.3 A SOCIEDADE O ESTADO E A PENA

Sobre a reação penal, Durkheim coloca que a mesma possui um caráter social pelo fato de ofender sentimentos coletivos, exemplifica afirmando que quando uma infração ocorre, essa causa indignação a todos devido ao fato de ser contrária – antagônica- ao que se entende enquanto “correto/ideal” na consciência coletiva. Nessa mesma perspectiva, o crime só pode existir se tal visão de “correto/ideal” não é completamente universal, pois, entende-se que as “exceções” que cometem as infrações ameaçam a unanimidade. E dessa forma a união entre as consciências ofendidas devido a um caso particular de desrespeito às leis, é considerado pela união coletiva, como uma anomalia na visão de Durkheim, portanto o que prevalecerá será a consciência comum e uma resistência coletiva frente ao crime cometido por particulares.

Na visão de Durkheim as funções governamentais com relação ao crime, são reflexos da sociedade, o governo emana o poder que surge na sociedade e faz institucionalmente com que a consciência comum se mantenha. A função da pena segundo Durkheim é de manter a coesão social: “[...]o castigo é sobretudo destinado a agir sobre as pessoas honestas, pois, visto que serve para curar os ferimentos provocados nos sentimentos coletivos[...]” (DURKHEIM, 1999, p. 82). Sendo uma arma de defesa pessoal contra os “atentados” a consciência comum, servindo para “curar” os sentimentos coletivos, dos crimes cometidos por particulares, assim o direito penal na visão de Durkheim contribui para a manutenção da harmonia social.

Tal visão apresenta uma relação constante entre a pena e as regras institucionais e jurídicas de uma sociedade, mas tendo em vista que os aparatos punitivos são bem mais complexos quando se leva em conta um olhar estrutural econômico. Buscara-se apresentar outra perspectiva teórica, tendo como possível objetivo discutir os sistemas punitivos por um enfoque das relações estruturais.

2. PENA COMO CONSEQUÊNCIA DAS ESTRUTURAS ECONOMICAS DA SOCIEDADE

Rusche e Kirchheimer (2004) colocam que uns dos problemas do estudo da sociologia penal se dá devido ao fato do assunto ser apresentado pela teoria penal, que na visão dos autores, não oferece base para a explicação de determinados métodos de punição dentro de

um processo social. Segundo os autores é necessário despir a pena de um viés jurídico, para trabalhar suas verdadeiras relações:

A afinidade, mais ou menos transparente, que se supõe existir entre delito e pena impede qualquer indagação sobre o significado independente da história dos sistemas penais. Isto tudo tem que acabar. Apenas não é nem uma simples consequência do delito, nem o reverso dele, nem tampouco um mero meio determinado pelo fim a ser atingido. A pena precisa ser entendida como um fenômeno independente, seja de concepção jurídica, seja de seus fins sociais [...] negamos que ela possa ser entendida tão somente a partir de seus fins. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p. 19).

Segundo os autores todos os sistemas de produção tendem a encontrar formas punitivas que equivalem às relações produtivas, devido a isso é necessário uma investigação sobre a origem e a força dos sistemas penais, a intensidade das penas e a rejeição de determinadas penas, pois na visão de Rusche e Kirchheimer tais alterações resultam das estruturas econômicas e fiscais.

2.1. IDADE MÉDIA E A PENA

A administração da pena na baixa idade média contava com meios como a indenização e a fiança que manifestavam também as diferenciações de classes sociais devido aos valores. E tal diferenciação que será o fator determinante para a alteração do sistema penal para a utilização da punição corporal, pois os indivíduos que pertenciam a classes baixas não tinham condições econômicas de pagar as fianças.

Devido ao declínio das colheitas e do solo, o desenvolvimento social na idade média no século XV tornou-se desfavorável as classes subalternas, seguida de uma grande opressão dos senhores. As cidades urbanas começaram a inflar em consequência do êxodo rural e com isso havia grandes barreiras para os estrangeiros conquistarem sua cidadania, não restando outra alternativa, adentravam a marginalidade, pois não havia no período nenhuma política pública que resolvesse tal situação.

Forçados a permanecer nas estradas, os últimos imigrantes tornaram-se errantes, vagabundos e mendigos; seus bandos foram uma verdadeira praga. Nenhuma política social consistente foi desenvolvida para resolver esta situação. Essas pessoas tinham como único recurso reunir-se aos bandos de mercenários que começavam a surgir. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p. 28).

A transição do sistema capitalista entre o século XIV e XV, marcados por grandes conflitos sociais, trouxe a criação de leis mais rígidas contra as classes desfavorecidas, pois com o crescimento do crime nas grandes cidades as autoridades criaram leis penais mais efetivas. As classes dominantes continuaram a receber um tratamento diferenciado com relação aos crimes que cometiam, e a fiança evoluiu para um meio de enriquecimento de juízes e era destinada aos ricos enquanto o castigo corporal era punição para os pobres, dessa

forma quanto mais a criminalidade crescia, mais as diferenciações eram marcantes, de tal forma que alguns castigos eram descartados para estamentos como o clero e a nobreza.

A legislação era francamente contra as classes subalternas. Mesmo quando o procedimento criminal como tal era o mesmo para todos os estados e classes, rapidamente apareciam procedimentos especiais que iriam afetar as classes subalternas. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p. 36-37).

2.2. MERCANTILISMO E A PRISÃO

A partir do século XVI os métodos de punição começaram a se utilizar do trabalho forçado dos prisioneiros, não com uma proposta mais “humanitária”, mas devido ao desenvolvimento econômico que trazia o valor do trabalho humano. A Guerra dos Trinta Anos iniciou uma convocação forçada de prisioneiros para o exército, e o critério de qualificação era físico e não moral.

A escassez de homens tornou-se tão séria que o exército foi reforçado com criminosos. [...] era difícil achar soldados e marinheiros suficientes por um simples processo de alistamento, convocação ou importação. Juizes e carcereiros eram consultados sobre a adequação dos condenados para o serviço militar [...] O exército foi considerado um tipo de organização penal, apropriado para errantes, extravagantes, ovelhas negras e ex-condenados. [...]. Este era, portanto um meio prático de evitar a execução até que as circunstâncias fossem mais favoráveis. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p. 51-52).

O crescimento contínuo da indústria demandava uma grande reserva de mão de obra, inclusive o trabalho infantil era bastante explorado nesse período, e até mesmo os teóricos defendiam o trabalho de crianças, afirmando que as mantinha “longe do mal”.

Com relação ao tratamento da pobreza nesse período os autores colocam que no século XVI dava-se mais ênfase a diferenciação entre a mendicância apta e a não apta ao trabalho, essa última vista como uma política criminal. A situação econômica e as más condições de vida trouxeram o grande aumento da mendicância, e essa, portanto considerada como crime pelas autoridades. Mas por não solucionar tal problema, as autoridades alteram sua forma de lidar com a mendicância, encaminhando-a para o trabalho. Porém o conflito que existia era de que tais pessoas que mendigavam dirigiam-se para as cidades em busca de melhores condições durante o período mercantilista, mas geralmente eram bastante oprimidas pelos senhores e dessa forma era preferível a caridade do que o trabalho formal.

Um decreto em Bruxelas de 1599 Estabelecia penalidades para mendigos aptos, serviços domésticos que abandonassem seus senhores, e trabalhadores que deixassem seus empregos para tornarem mendigos. [...]. As definições como arruaceiro, vagabundo e mendigo inveterado num estatuto inglês de 1597 constituem a evidência maior de mudança na atitude, pois tais definições abrangiam todos os trabalhadores que se recusassem a trabalhar. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p.67).

Nesse dado contexto surge a casa de correção em fins do século XVI em Londres e na Holanda, com o objetivo de limpar as cidades dos mendigos que resistiam aos meios ofertados pelo governo, assim, eram forçados a se adequarem ao trabalho de acordo com as necessidades das indústrias. As oficinas de trabalho e as instituições penais almejavam tornar o trabalho dos “indesejáveis” em úteis, recebendo um treinamento enquanto se encontrassem reclusos, e quando colocados em liberdades poderiam enquadrar-se num sistema industrial produtivo voluntariamente. O trabalho dos internos ou era administrado pelas autoridades das instituições ou por um empregador privado e as vezes toda a instituição era entregue a um contratante. Os homens executavam trabalhos mais pesados como raspar madeiras para a pintura de tecidos e mulheres trabalhavam nos teares. Os autores colocam que em Brandenburgo as autoridades para não se submeterem aos custos administrativos arrendavam as instituições e solicitavam o pagamento adiantado. O que pode-se notar portanto que o interesse do Estado era mais com o lucro que as instituições poderiam trazer do que propriamente com a reforma dos internos, e é justamente essa conclusão que se identifica pelos autores com relação as casas de correção, que a possibilidade de lucro foi uma fator decisivo para tais casas.

É igualmente certo que as casa de correção eram extremamente valiosas para a econômica nacional como um todo. Seus baixos salários e o treinamento de trabalhadores não qualificados eram fatores importantes no crescimento da produção capitalista. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p. 80).

2.3. A EVOLUÇÃO DAS PENALIZAÇÕES E O ILUMINISMO

Com relação a evolução do sistema carcerário do período da Idade Média até o início da Idade Moderna, os autores afirmam que o princípio dominante era de que: *As prisões existem apenas para prender os homens e não para puni-los*, porém as críticas realizadas com relação a tal princípio são devido ao tempo (meses/anos) que os detentos passavam reclusos aguardando seu julgamento, além das condições do encarceramento, e das diferenciações com relação as condições de classes dos prisioneiros, onde os mais ricos barganhavam as autoridades e a grande maioria que pertenciam as classes pobres passavam por um ciclo vicioso de não poderem pagar fiança e de não poderem sair da prisão enquanto não reembolsassem o carcereiro as despesas da carceragem:

O primeiro ordenado de um prisioneiro libertado era frequentemente destinado a pagar seu debito com o carcereiro. [...] O que propiciava esse estado aterrador de coisas não era tanto a crueldade intencional, mas o método administrativo universalmente aceito, de conduzir as prisões em bases comerciais. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p. 93-94).

Segundo os autores a primeira prisão era bastante similar às casas de correção, com exceção de seu objetivo, pois as prisões tinham como objetivo direto a exploração racional da força de trabalho, enquanto que as casas de correção tinham a recuperação dos reclusos. A tendência na forma de punir passa a ser a substituição da punição corporal para o trabalho forçado, devido à demanda do Estado por força de trabalho atrelado aos empregadores privados. Da forma como afirmam os autores a motivação da nova forma de encarcerar é propriamente o lucro, tornando o sistema penal parte de um programa mercantilista do Estado.

Uma elaboração mais profunda do sistema carcerário ocorre segundo os autores no Iluminismo, antes disso havia muita confusão em definir se algo era considerado justiça ou simplesmente um capricho individual, o que fez com que o direito penal perdesse prestígio na sociedade, pois não havia nenhum critério definido com relação a duração das penalidades, muito menos uma relação legitimada entre punição crime. Nesse mesmo contexto foi presente dois tipos de movimentos, um que considerava normal a penalidade do encarceramento e outro que questionava a punição e a arbitrariedade dos tribunais, sendo os principais protagonistas desse conflito Montesquieu e Beccaria, que trouxeram o sistema penal para uma temática política. Como afirmam os autores a natureza da pena afetava diretamente as classes subalternas, fazendo-se necessário uma definição precisa dos métodos dos processos penais, dessa forma os reformistas tinham como objetivo limitar o poder do Estado para punir, por meio de criação de leis que sujeitassem as autoridades a um determinado controle legítimo.

O apelo triunfante de Montesquieu, de que todo o tratamento arbitrário cessasse, já que a pena é determinada pela natureza particular do crime, foi abraçado por todos os criminólogos da época. Porém isso se transformou numa falácia parcial, pelo fato de que o cumprimento da pena devia ser escolhido entre uma multiplicidade de alternativas possíveis [...] Beccaria mais cauteloso [...] argumentou, porém que a punição é uma consequência automática do delito. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p. 112).

Portanto segundo a análise apresentada, a Revolução Francesa não impediu que os reformistas legisladores elaborassem um direito penal baseado numa igualdade ilusória entre ricos e pobres, pois as classes subalternas dificilmente podiam desfrutar dos direitos judiciários por não possuírem saber e muito menos condições econômicas necessárias para tal. Dessa forma, na prática os direitos civis que eram destinados a todos os cidadãos, eram negados aos pobres, e o contexto político deixa a administração judicial destinada às classes proprietárias.

2.4. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS PUNIÇÕES

Sobre as consequências sociais e penais da revolução industrial, os autores apontam que os castigos físicos e a pena de morte foram presente até os fins do século XVIII e a tendência de tornar as casas de correção como instituições de caridade, distanciando-se do seu sentido real. As casas de correção também trouxeram uma mão de obra excedente, fazendo com que não mais os empregadores fossem atrás de mão de obra, mas que os trabalhadores que disputassem empregos, o que tornou tal situação ainda mais difícil foi a introdução das máquinas a vapor, o que consequentemente fez com que a mão de obra humana fosse substituída, e o aumento do desemprego se tornasse crescente.

Com o fim da política mercantilista e com a livre concorrência, empregados e empregadores viviam um ideal individualista, e como o mercado estava saturado, os trabalhadores foram mais oprimidos pelos baixos salários e consequentemente aumentou o empobrecimento das classes subalternas e proletárias.

Devido a esse agravamento na situação da classe trabalhadora, segundo os autores na primeira metade do século XVIII, problemas como a fome e a miséria levaram o proletariado para rebeliões e violência, e dessa forma cada vez mais as massas eram levadas para a criminalidade. Crimes contra a propriedade cresceram consideravelmente no século XVIII, devido a isso as classes dirigentes ficaram tentadas a voltarem para os métodos mais duros e severos:

As mesmas queixas foram feitas na França.[...] não pode haver dúvidas de que a alta frequência de furtos e roubos, especialmente em áreas rurais, devia-se a brandura da legislação sobre a qual a prática judicial estava fundada. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p. 139).

Segundo Rusche e Kirchheimer, as mesmas tendências foram expressas na legislação: marcas a ferro, açoites, pena de morte, prisão perpétua e as casas de correção marcaram o contexto:

A pena de morte permaneceu inalterada e a prisão perpétua foi aplicada com frequência. Punição excessiva, mutilações barbaras e penalidades injustas, como o confisco de propriedade e a perda de direitos civis, eram suas principais características. (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p.140).

O cárcere tornou-se a principal forma de punição do ocidente durante o século XIX, quanto mais a população carcerária aumentava, menos investimento havia para as prisões, e devido a tal situação, relatam os autores que não havia uma prisão na Inglaterra que não estivesse superlotada e em péssimas condições de sobrevivência:

Bruxon visitou as prisões em 1818 e não encontrou uma que não estivesse superlotada, fria, úmida, cheia de vermes e exalando o mais insuportável fedor. Os prisioneiros padeciam de reumatismo e não havia qualquer meio de evitar infecção quando um homem estava internado. A comida era inadequada, consistindo sempre em não mais do que uma libra de pão diária e os prisioneiros na sua maioria eram

mantidos em correntes e não tinham a oportunidade de trabalhar (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, p.149).

As despesas com os prisioneiros deveriam ser abaixo das condições de vida das classes subalternas livres, e nesse contexto na primeira metade do século XIX os salários da classe trabalhadora eram mais baixo que o necessário para reproduzir a força de trabalho dos operários, ou seja, com as condições miseráveis da classe trabalhadora reduziram ainda mais as (não) condições de vida da prisão. Nesse período, portanto houve fome e óbitos de prisioneiros devido à tuberculose, como não tinham nenhum tipo de atendimento médico não resistiam. Segundo os dados que os autores trazem mais de oitenta por cento das mortes dos prisioneiros foram devido à tuberculose.

O que se percebe nos diferentes contextos apontados por Rusche e Kirchheimer, é que as diferentes formas de punir encontradas no decorrer da história, são frutos de determinado contexto estrutural e econômico que cada sociedade se encontra. Portanto os meios e os métodos encontrados para a punição dos indivíduos delituosos são estabelecidas em dependência com determinada conjuntura econômica social, e reflexos, portanto do momento histórico estrutural que determinado meio vivencia. Logicamente os efeitos das penalizações pelo que se constata no decorrer da história, não resolveram e não resolvem o problema da violência e da criminalidade na sociedade. Pelo contexto apresentado as taxas revelam o aumento da população carcerária, e nas estatísticas atuais percebe-se que o problema com relação ao encarceramento não se alterou, dessa forma buscava-se problematizar a não diminuição de tais taxas, e a destinação da punição às classes desfavorecidas historicamente na sociedade.

3. A ESTRUTURA ESCRAVISTA E A REPRODUÇÃO DA MARGINALIZAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL

Na análise que Fernandes (2004) realiza sobre a transição de uma sociedade agrária para a competitiva no Brasil, levando em conta os anseios de desenvolvimento econômico, o autor aponta que tal ordem social competitiva instaurada é dada por homens de negócios, comerciantes e exportadores de café que se encontravam em uma alta escala econômica de classe e poder das comunidades urbanas, para tanto, tornou-se necessário devido ao mercado liberal e econômico, a entrada para uma forma de trabalho livre, porém, como afirma Fernandes, com o mesmo conservadorismo e patrimonialismo passado, de forma que a ordem social competitiva do período segundo o autor se configura:

[...] como uma sociedade de classes que só era *igualitária* nos estratos dominantes e só era *aberta* para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem

vantajosamente das novas tendências à concentração regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão do sul do país. Essas tendências é que condicionam e precipitam alterações substanciais na estrutura social. Contudo elas só iriam beneficiar os setores adeptos a combinar, nas zonas urbanas ou rurais, o trabalho, a poupança, a mobilidade espacial e ocupacional como instrumentos de ascensão social – ou seja: os imigrantes, em grande numero, e, em menor escala, os segmentos cultos ou semi-instruídos das populações de origem nacional. Só esporadicamente, como e enquanto parte do núcleo ou da periferia das *grandes famílias* “brancas”, encontravam o negro e o mulato algumas probabilidades de inclusão nessas transformações da estrutura social. Para eles, na quase totalidade, a sociedade permanecia *não igualitária e fechada*. (FERNANDES, 2008, p. 61-62).

Observa-se portanto que a situação do negro dentro de tal estrutura econômica não se altera, e os privilégios desta serão colhidos, em maior parte na visão do autor, por grupos que já estavam em condições de superioridade. Fernandes aponta que um dos fatores que levaram os negros a não usufruírem dos frutos dessa sociedade competitiva se deu pelo fato do movimento abolicionista ser protagonizado pelo “grupo racial dominante”, e esse mesmo, não procurou inserir o negro como um agente de transformação independente de sua própria condição.

Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, *o que não queriam*. Contudo, não tinham consciência clara sobre *o que deveriam querer coletivamente* nem de como agir socialmente para estabelecer *semelhante querer coletivo*. Formaram um pólo heteronômico e alienado de uma “situação de castas”; [...] Para onde que se voltassem, mesmo nas oportunidades mais modestas, tinham pela frente o “colono”, o “imigrante operário”, o “artista europeu” [...] Como arrostar essa imprevista e pesadíssima concorrência direta com o “homem branco” sem se quer saber, coletivamente, o que ela significava e como aproveitá-la? . (FERNANDES, 2008, p. 63-64).

Sobre a posição do negro dentro de tal ordem social econômica e social emergente segundo Fernandes, é de que ele foi excluído como categoria social de tais tendências modernas da expansão do capitalismo, brancos seguiam um código escravocrata impedindo que escravos e libertos se organizassem, monopolizando o uso da violência como forma de controle social, fizeram com que os negros saíssem do sistema servil, mas não podendo de fato integrar-se na ordem social vigente.

Em vista disso, é patente que nem mesmo uma “minoridade privilegiada” da população negra e mulata conseguiu desfrutar, como tal, qualquer vantagem ou condição relativamente favorável nos conhecidos processos de acumulação privada de capital que aqui se desenrolaram. Ao perderem a posição de principal agente de trabalho mecânico, o negro e o mulato perderam, ao mesmo tempo, as possibilidades de participar de alguma maneira definida, persistente e vantajosa tanto nas relações de produção quanto nos fluxos correspondentes de elevação desigual das rendas entre diversos grupos étnicos e sociais, deixando de possuir importância dinâmica identificável em todos os níveis do crescimento econômico. (FERNANDES, 2008, p. 75-76).

Na visão de Fernandes, em qualquer aspecto em que se analise a formação da sociedade de classes em São Paulo, o negro e o mulato sempre estarão em condições de *vítimas de um destino histórico*, pois sobre a ideia de liberdade, os negros herdaram na visão do autor a pior servidão, a ignorância, a miséria e a degradação social:

A sociedade de classes se torna uma miragem que não lhes abre de pronto nenhuma via de redenção coletiva. Não lhes facilita, sequer, a subsistência, o esquecimento das supremas humilhações sofridas no passado remoto ou recente, e dignidade da pessoa humana. Como se ainda faltasse a “raça negra” um degrau de purificação pelo sofrimento, reserva-lhes as amarguras da servidão invisível, mais dolorosa que a outra por se dissimular sob a égide da igualdade civil. (FERNANDES, 2008, p. 77).

Por não se encontrarem em condições iguais para competir com trabalhadores brancos de origem européia na cidade de São Paulo, o autor afirma que a degradação do negro e do mulato tem alguns fatores específicos. Um deles está no fato desses perderem o monopólio de alguns serviços, dessa forma sendo excluídos do mercado de trabalho, assim a pobreza de tal grupo segundo Fernandes, se origina pela fato dos negros estarem privados das fontes de ganho e sustendo, e também por se adaptarem à funções de trabalho marginalizadas e pré-capitalistas informalizadas ofertadas à eles. Portando na ausência de uma sociedade inclusiva e de mecanismos reativos efetivos que alterassem a condição sócio-cultural do negro e do mulato, deixou tal grupo sobre efeitos patológicos de miséria, denominado por Fernandes como efeitos *sociopáticos de um estado de anomia crônico*. (FERNANDES, 2008, p. 275).

Não possuindo outra forma de se afirmar socialmente, a juventude negra canalizou sua fonte de criação no âmbito sexual, dessa forma, como aponta Fernandes, a prostituição e o crime foram alternativas encontradas pela juventude negra para se auto-realizarem e se ajustarem a vida social urbana em São Paulo. Com relação às mulheres negras Fernandes coloca:

Quando a jovem “negra” se insurgia contra os comentários dos parentes, dos amigos, e dos vizinhos e, principalmente, quando ela retrucava com violência: “não tenho de dar satisfação a ninguém” “dou o que é meu” [...] “veja lá se sou trouxa; quero do bom e do melhor!”, defendia o direito de usar de seus encantos como bem entendesse, inclusive como “meio de vida”. . (FERNANDES, 2008, p. 276).

Com relação ao roubo Florestan coloca que é errôneo afirmar que é uma herança da população negra, pois esses somente eram levados a tal condição devido a tais questões estruturais de impe-los a se adequarem ao trabalho formalizado, dessa forma o autor argumenta que: “*Ao se profissionalizarem na área do crime, respondiam a incentivos imediatos e escolhiam a alternativa de carreira mais compensadora ou atraente. Os malandros sabiam muito bem que roubavam porque “tinham de se defender”*”. (FERNANDES, 2008, p. 276-277).

Em tais condições sociais como coloca Fernandes, era notável a impotência do agente humano, em escolher ou discernir a sua função somente baseado no querer individual, seria portanto necessário que existisse um querer coletivo para que a situação do negro se alterasse em determinada ordem social. E devido a um contexto histórico-social marcado pelo individualismo e egoísmo, a condição sociocultural dos negros não se adapta as condições de

vida que eram presentes na cidade. O que se nota na análise realizada por Fernandes, é que existiam determinadas forças contraditórias que impediam o negro de se enquadrarem numa forma de expansão social no meio urbano, e, além disso, os inseriam numa condição de vida inferiorizada.

Isso reduzia, consideravelmente, sua eficácia como portador de cultura e suas potencialidades como agente social consciente. Acresce que a parcela de técnicas, normas e valores sociais absorvida institucionalmente era mais ou menos ineficiente no cenário urbano, existindo instâncias em que colidia abertamente com ele. De outro lado, sua capacidade de absorver técnicas, normas, e valores sociais alternativos, requeridos pela nova situação de existência, apresentava debilidades insuperáveis. (FERNANDES, 2008, p. 278).

As condições socioculturais permaneceram as mesmas do antigo regime, dessa forma se manteve a mesma reprodução social do tratamento com relação ao status e aos papéis sociais de “negros” e brancos”, e aos direitos e deveres que tais grupos podiam se adequar nessa ordem social. A persistência das estruturas do antigo regime, fizeram permanecer também a discriminação e o preconceito contra os negros, mesmo que esses não pudessem mais ser justificados pela escravidão que legalmente já havia cessado. Esse padrão de tratamento racial dava ao branco formas autoritárias de tratar o negro, o que evidencia uma tradição escravocrata de associar a cor da pele a posição social, assim o branco ainda se colocava na posição de “senhor” e consequentemente tratava os negros com inferioridade.

Dessas complexas motivações históricas emergiram as várias tendências de redefinição do “negro”, que produziam uma imagem do “preto” tão negativa, restritiva e impressiva, que se estabeleceram facilmente os marcos de referência para o uso da “cor” como elemento de classificação e de exclusão recíprocas nos contatos categóricos que envolviam interação racial. (FERNANDES, 2008, p. 372).

O que se conclui com a análise teórica apresentada, é que devido à estrutura social escravista e da forma como se desenvolveu a transição para uma sociedade competitiva, no que diz respeito aos seus aspectos estruturantes individualistas, tradicionalistas e conservadores do antigo regime, os negros de fato não puderam se incluir de forma efetiva dentro de uma sociedade de classes, pois não usufruíram de condições iguais para poderem competir igualmente com uma mão de obra branca quase que hegemonicamente formada por imigrantes europeus. Devido a isso foram marginalizados, tiveram que se adequar a condições arcaicas e pré-capitalistas de trabalho, ou, como apontado pelo autor, se profissionalizando no mundo do crime para poderem sobreviver. Concluídas tais questões é importante que se analise atualmente, quais as consequências ainda atribuídas aos negros, devido às não condições de integração numa sociedade de classes, principalmente no que diz respeito à opressão que a juventude negra ainda sofre dentro de um sistema de reclusão.

4. JUVENTUDE NEGRA ALVO DAS PUNIÇÕES

Os dados apresentados nessa etapa do trabalho são baseados no Mapa do Encarceramento – Juventude encarcerada, elaborado pela Secretaria Nacional da Juventude pelo Plano Juventude Viva do Governo Federal, que teve como objetivo a criação de políticas públicas no combate a violência contra a juventude de periferias que vivem em vulnerabilidade social, e identificando também a violência exercida contra a juventude encarcerada que representa 54,8% da população carcerária brasileira, tendo como grande maioria jovens negros no sistema prisional, representando conforme o ano de 2012, 60,8% de negros, e a essas categorias que se pretenderá problematizar na análise a seguir.

4.1. ENCARCERAMENTO NO BRASIL

Segundo os dados do infopen de 2005 à 2012, verificou-se um crescimento de 74% da população prisional brasileira, passando de 296.919 para 515.482 pessoas (FIGURA 1).

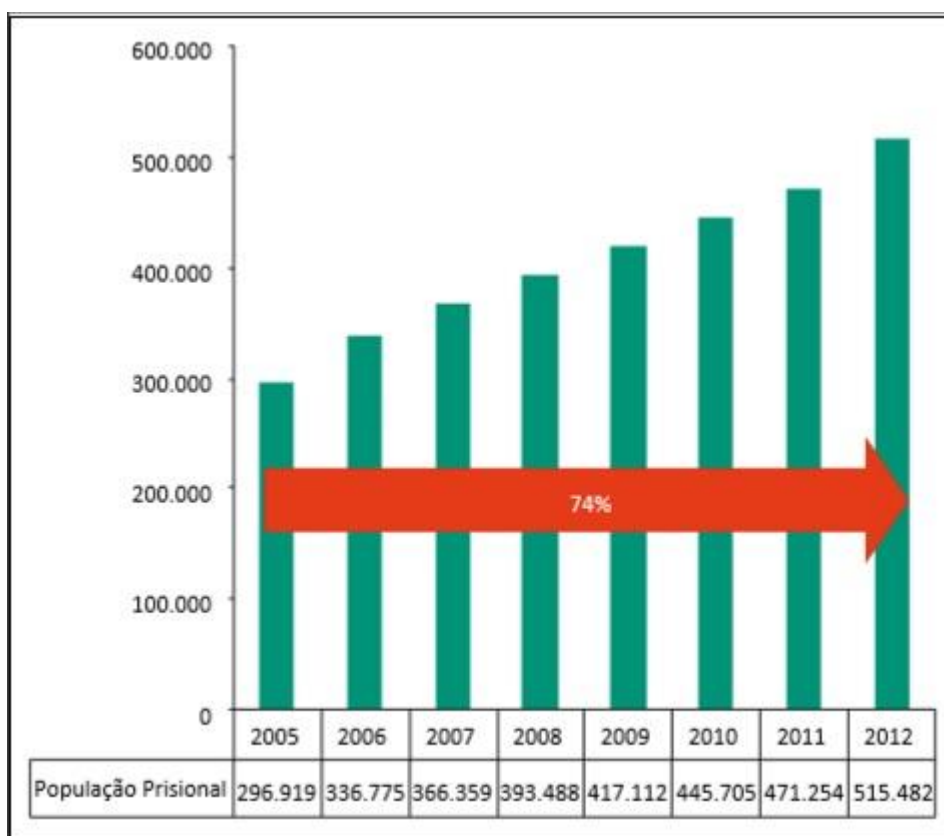


FIGURA 1 – POPULAÇÃO PRISIONAL BRASILEIRA EM NÚMEROS ABSOLUTOS. BRASIL 2005 A 2012.

FONTE: MAPA DO ENCARCERAMENTO: OS JOVENS DO BRASIL (2015, p. 25).

Um terço dessa população no ano de 2012 estava encarcerada em São Paulo, ou seja, cerca de 190.828 pessoas. Nesse mesmo ano foi realizado o levantamento com relação às vagas disponíveis nas prisões, e a pesquisa apontou que em todos os estados brasileiros há

superlotação nos presídios, em todos eles há uma deficiência de vagas para os presos. Pode-se retomar o que se havia presente nas condições das prisões do século XIX na Inglaterra apontada por Rusche e Kirchheimer, que quanto mais a população carcerária aumentava, mais os investimentos nas prisões diminuía. E o aumento da população carcerária nos contextos apresentados pelos autores eram consequências da precarização do trabalho num contexto baseado no liberalismo econômico e principalmente pela substituição da mão de obra humana pela máquina a vapor, que levou as classes proletárias desempregadas à criminalidade e ao aumento da degradação nos presídios. Tal relação também é encontrada na análise realizada por Wacquant no contexto norte americano no final do século XIX:

[...] separar política social e política penal, ou, para resumir, mercado de trabalho, trabalho social (se é que ainda se pode chamá-lo assim), polícia e prisão, sem compreendermos ambas e suas transformações conexas.¹⁰⁰ Pois, por toda parte onde chega a se tornar realidade, a utopia neoliberal carrega em seu bojo, para os mais pobres mas também para todos aqueles que cedo ou tarde são forçados a deixar o setor do emprego protegido, não um acréscimo de liberdade, como clamam seus arautos, mas a redução e até a supressão dessa liberdade, ao cabo de um retrocesso para um paternalismo repressivo de outra época, a do capitalismo selvagem, mas acrescido dessa vez de um Estado punitivo onisciente e onipotente. A "mão invisível" tão cara a Adam Smith certamente voltou, mas dessa vez vestida com uma "luva de ferro". (WACQUANT, 2004, p.99).

Problemas como o da superlotação levam a outros agravantes relacionados ao sistema prisional, nas más condições de vida dos indivíduos encarcerados, e sendo outra forma de violência contra tal população, reproduzindo a marginalização e a exclusão de tais indivíduos. Para Wacquant, a prisão que, a princípio, seria a “solução” dos problemas da criminalidade, agrava e condiciona - através de sua estrutura e de determinadas práticas – o indivíduo recluso a tornar-se ainda mais violento e agressivo, tanto dentro do ambiente prisional, como e principalmente fora desse:

recorrer de maneira reflexa ao encarceramento para debelar as desordens urbanas é um remédio que, em muitos casos, só agrava o mal que supostamente se quer curar. Instituição fundamentada na força, a prisão, cuja ação resvala as fronteiras da legalidade, é um viveiro de violência e humilhação cotidianas, um vetor de ruptura familiar, de desconfiança cívica e de alienação individual. Para um grande número de detentos implicados de maneira marginal em atividades ilícitas, a prisão é uma escola de formação e até de "profissionalização" de carreiras criminais. (WACQUANT, 2004, p.3).

Com base nos dados do encarceramento, no que diz respeito à escolaridade da população encarcerada no Brasil, esses apontam que a maior parte dos indivíduos possui o ensino fundamental incompleto, e uma mínima parcela que possui o ensino superior (FIGURA 2).

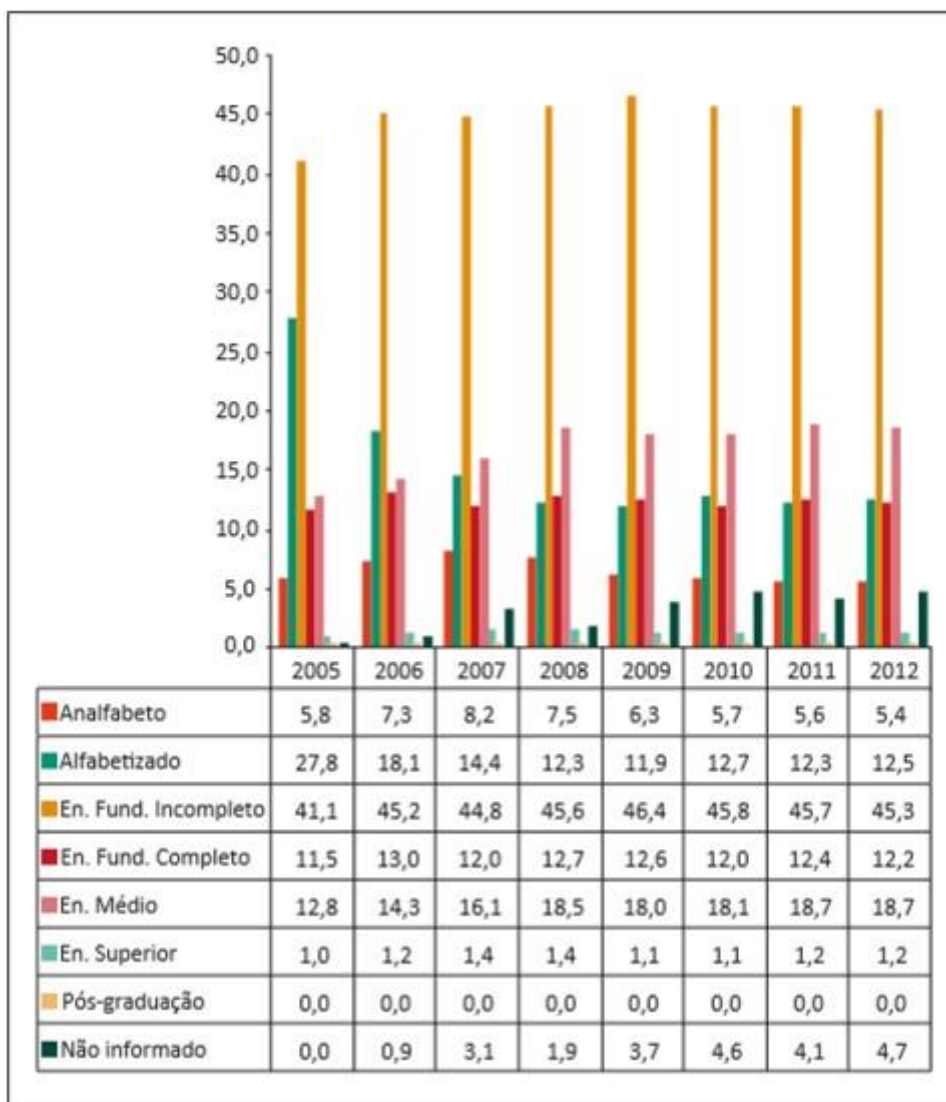


FIGURA 2 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO PRISIONAL SEGUNDO ESCOLARIDADE. BRASIL. 2005 A 2012.

FONTE: MAPA DO ENCARCERAMENTO: OS JOVENS DO BRASIL (2015, p. 30).

O que possivelmente possa remeter a questão da “impotência” do Estado e das instituições punitivas como afirma Wacquant:

A história penal mostra, além disso, que em nenhum momento e em nenhuma sociedade, a prisão conseguiu cumprir a missão de recuperação e reintegração social que lhe fora atribuída, em termos de uma menor recidividade. Tudo, nela, contradiz sua suposta função de “reforma” do condenado – da estrutura arquitetônica à organização do trabalho dos guardas, sem esquecer a indigência dos recursos institucionais (trabalho, formação, escolaridade, saúde), a rarefação deliberada da liberação condicional e a ausência de medidas concretas de auxílio aos detentos liberados [...] A prisão não é um simples escudo contra a delinquência, mas uma faca de dois gumes – um organismo de coerção, ao mesmo tempo criminofágico e criminogênico que, quando se desenvolve em excesso, [...] acaba por transformar-se em um vetor autônomo de pauperização e de marginalização. (WACQUANT, 2004, p.3 - 5).

A partir de tal pesquisa sobre o encarceramento, também foi notável que do período de 2005 a 2012, os jovens foram a maioria da população encarcerada. Indivíduos de 18 a 24

anos, no ano de 2005 representavam 53.599 presos, e 42.689 dos presos tinham entre 25 e 29 anos. Levando em conta somente o ano de 2012, os jovens entre 18 e 29 anos representaram 54,8% da população encarcerada no Brasil, o que ressalta que a maior vítima do sistema punitivo vem sendo a juventude brasileira, segundo os dados da pesquisa (FIGURA 3).

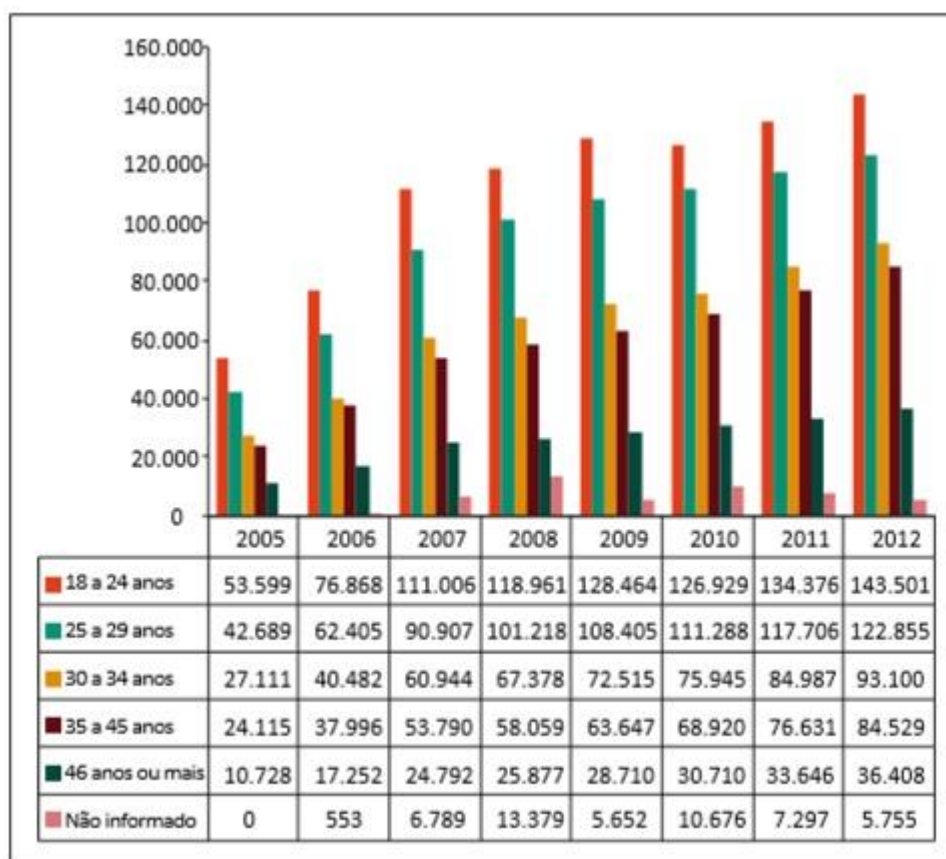


FIGURA 3 – POPULAÇÃO PRISIONAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. BRASIL. 2005 A 2012.
FONTE: MAPA DO ENCARCERAMENTO: OS JOVENS DO BRASIL (2015, p. 31).

Tal fato pode ser um provável resultado da forma como o olhar para a criminalidade vem sendo focado, por alguns agentes que representam as classes dominantes. Wacquant coloca que existem porta-vozes como políticos e jornalistas que identificam o problema da criminalidade em algumas populações. Os resultado que tais porta-vozes trazem, talvez, possa ser um fator importante para o grande número de jovens encarcerados pelo sistema prisional:

Na comissão de frente dessas populações, jovens de classes modestas, originários de famílias de imigrantes magrebins, que vivem encurralados em conjuntos residenciais da periferia, os quais se acham arruinados por três décadas de desequilíbrio econômico e de omissão urbana do Estado – caracterizando, assim, as feridas abertas que o cataplasma administrativo da "política urbana" não conseguiu cauterizar. (WACQUANT, 2004, p. 2).

Tais porta-vozes representados como agentes das classes dominantes, reproduzem para sociedade ideais sobre quem são os “inimigos, os criminosos e os que devem ser punidos”, O que de fato interfere em questões relativas à consciência coletiva, como coloca Durkheim, o

que leva a sociedade e consequentemente o Estado a enxergar como “inimigo perigoso da sociedade”, a juventude.

4.2. ENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA

Com relação aos dados sobre cor/raça na pesquisa, pode-se notar que do período de 2005 a 2012, em todos os anos a população negra que vem sendo encarcerada em maior número, sendo no ano de 2012, 60,8% da população prisional. Foi ressaltado pela pesquisa que quanto mais cresce a população carcerária, mais cresce a presença de negros no sistema prisional. Segundo as taxas de encarceramento do Infopen, no período de 2005 a 2012, foi identificado que houve um maior aumento de negros que foram encarcerados do que brancos (FIGURA 4) (FIGURA 5).

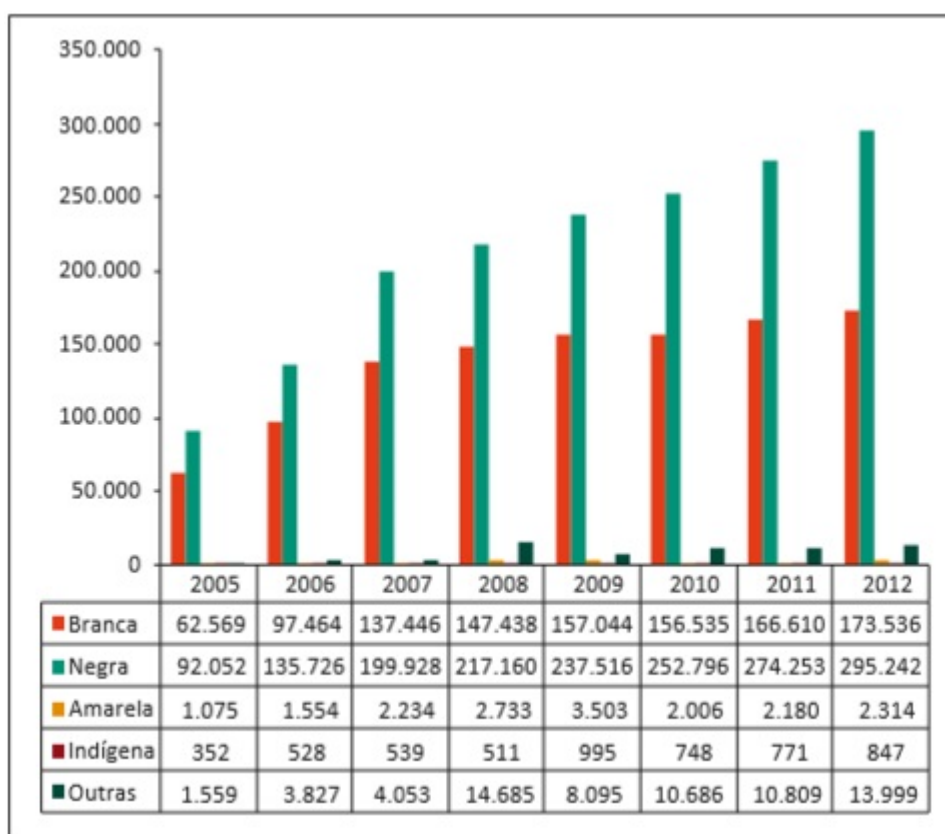


FIGURA 4 – POPULAÇÃO PRISIONAL SEGUNDO COR/RAÇA. BRASIL. 2005 A 2012.
FONTE: MAPA DO ENCARCERAMENTO: OS JOVENS DO BRASIL (2015, p. 33).

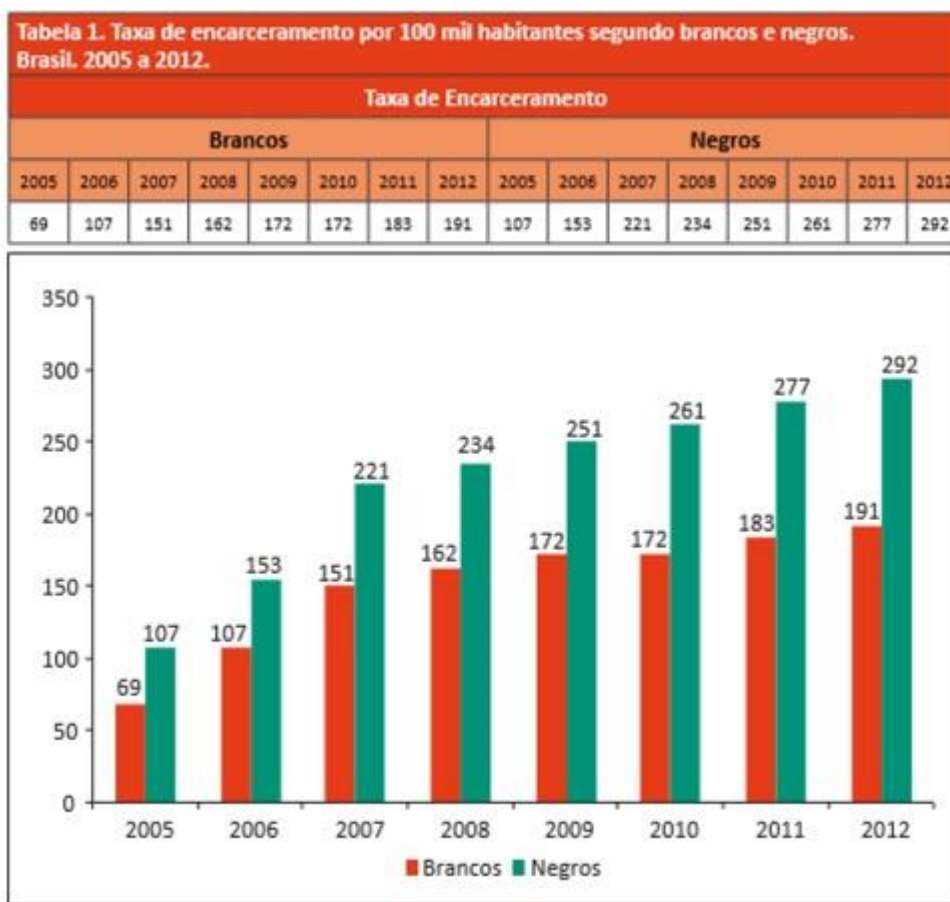


FIGURA 5 – TAXA DE ENCARCERAMENTO POR 100 MIL HABITANTES SEGUNDO BRANCOS E NEGROS. BRASIL. 2005 A 2012.

FONTE: MAPA DO ENCARCERAMENTO: OS JOVENS DO BRASIL (2015, p. 34).

Certamente tais taxas representam reflexos de uma estrutura social do contexto brasileiro e já contextualizada teoricamente nesse trabalho anteriormente, no que diz respeito a não integração do negro de forma total dentro de uma sociedade de direitos, e da continuidade de uma marginalização e inferiorização de tal grupo, representadas pelas taxas do encarceramento.

Tais estatísticas podem talvez expressar à forma que Durkheim analisa a punição, colocando que a sociedade sendo representada pelo Estado que pune determinados indivíduos, portanto é a vontade coletiva que é expressa pelo direito penal. E levando em consideração as condições socioculturais brasileiras na forma de tratamento com negros, e na permanência de determinados papéis sociais e status existentes entre negros e brancos dentro de um meio social, pode-se considerar que tais punições talvez representem a reprodução da vontade coletiva, baseada numa relação de poder entre determinadas etnias que se desenvolveram e que foram herdadas de um passado desigual entre tais categorias. Dessa forma identifica-se talvez, pelos dados apresentados com relação ao encarceramento da população negra, que

ainda haja presente uma herança cultural escravista na sociedade, em reproduzir posições sociais de grupos levando em conta a “cor” da pele dos mesmos.

A pesquisa realizada também se ateve em traçar um perfil racial da população encarcerada nos estados brasileiros, e o que se identifica é um crescente aumento no período de 2007 a 2012 no encarceramento de indivíduos negros no sistema prisional na grande maioria dos estados (FIGURA 6).

Tabela 12. Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes segundo brancos e negros. UFs, regiões e Brasil. 2007 a 2012.														
UF/ Região	Brancos						Negros						Variação 2007-2012	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Branca	Negra
AC	113	115	120	139	161	163	444	568	623	664	632	542	44%	22%
AP	260	377	331	328	330	416	294	286	246	238	231	225	60%	-23%
AM	52	65	51	81	87	82	101	124	137	148	179	195	58%	93%
PA	120	88	27	66	68	72	92	109	146	122	141	157	-40%	70%
RO	165	191	234	277	225	216	449	508	558	585	533	508	31%	13%
RR	266	287	256	236	235	232	367	412	464	467	459	464	-13%	27%
TO	101	93	84	86	102	104	125	140	139	159	158	167	2%	33%
NORTE	121	118	91	121	118	122	158	184	212	208	218	224	1%	42%
AL	46	52	55	74	77	109	52	57	67	108	121	144	136%	175%
BA	33	36	31	44	40	49	68	69	68	69	75	79	49%	16%
CE	50	3	37	51	62	68	100	...	107	136	156	171	36%	72%
MA	36	62	50	44	56	76	47	47	56	50	56	60	112%	29%
PB	143	133	156	63	51	85	277	280	270	268	167	275	-41%	0%
PE	111	123	123	150	176	166	282	296	312	344	358	391	49%	39%
PI	46	45	52	43	41	47	75	85	97	104	109	108	3%	44%
RN	65	84	82	78	97	101	92	128	124	150	159	170	57%	85%
SE	57	59	73	76	80	83	135	135	158	204	222	231	45%	71%
NORDESTE	68	66	73	75	83	92	118	108	129	143	147	165	36%	40%
ES	87	119	128	138	172	204	232	249	303	379	454	551	135%	137%
MG	66	101	124	124	134	154	135	186	226	228	246	277	134%	105%
RJ	92	89	92	100	105	111	202	188	194	209	227	242	21%	20%
SP	227	237	253	250	281	288	513	540	562	532	583	595	27%	16%
SUDESTE	166	180	195	195	218	229	309	333	359	356	391	415	37%	34%
PR	190	211	229	186	189	197	234	271	177	206	214	236	3%	1%
RS	194	209	215	232	218	219	517	545	564	589	541	528	13%	2%
SC	123	144	156	170	166	185	453	529	553	550	533	566	50%	25%
SUL	176	194	206	201	195	203	358	398	359	382	369	382	16%	7%
DF	188	194	199	213	226	123	431	412	426	444	502	379	-35%	-12%
GO	119	121	113	92	97	100	178	209	213	256	250	238	-16%	34%
MT	202	220	324	261	238	203	397	468	294	459	435	428	0%	8%
MS	297	295	246	254	270	315	510	555	556	532	587	593	6%	16%
CENTRO-OESTE	183	188	196	179	183	167	326	359	323	380	390	362	-9%	11%
BRASIL	151	162	172	172	183	191	221	234	251	261	277	292	26%	32%

FIGURA 6 - TAXA DE ENCARCERAMENTO PO 100 MIL HABITANTES SEGUNDO BRANCOS E NEGROS UF'S REGIÕES E BRASIL. 2007 A 2012.

FONTE: MAPA DO ENCARCERAMENTO: OS JOVENS DO BRASIL (2015, p. 56).

Ainda sobre os aspectos raciais dos presos nos determinados estados do Brasil, foi realizado um ranking dos dados apresentados pela pesquisa, das taxas de encarceramento entre brancos e negros (FIGURA 7).

Tabela 13. Taxa de encarceramento de negros. UFs. 2007 e 2012.					
UF/Região	Negros				
	2007		2012		Variação 2007/2012
	Taxa	Posição	Taxa	Posição	
SP	513	2º	595	1º	16%
MS	510	3º	593	2º	16%
SC	453	4º	566	3º	25%
ES	232	14º	551	4º	137%
AC	444	6º	542	5º	22%
RS	517	1º	528	6º	2%
RO	449	5º	508	7º	13%
RR	367	9º	464	8º	27%
MT	397	8º	428	9º	8%
PE	282	11º	391	10º	39%
DF	431	7º	379	11º	-12%
MG	135	18º	277	12º	105%
PB	277	12º	275	13º	0%
RJ	202	15º	242	14º	20%
GO	178	16º	238	15º	34%
PR	234	13º	236	16º	1%
SE	135	17º	231	17º	71%
AP	294	10º	225	18º	-23%
AM	101	20º	195	19º	93%
CE	100	21º	171	20º	72%
RN	92	23º	170	21º	85%
TO	125	19º	167	22º	33%
PA	92	22º	157	23º	70%
AL	52	26º	144	24º	175%
PI	75	24º	108	25º	44%
BA	68	25º	79	26º	16%
MA	47	27º	60	27º	29%

FIGURA 7 - TAXA DE ENCARCERAMENTO DE NEGROS. UF'S. 2007 E 2012.

FONTE: MAPA DO ENCARCERAMENTO: OS JOVENS DO BRASIL (2015, p. 65).

E o que se nota nos dados é que os estados brasileiros que mais cresceram em taxas de encarceramento de negros entre os anos de 2007 a 2012 foram o estado de Alagoas com variação de 175% a cada 100 mil habitantes, e o Espírito Santo com variação de 137% a cada 100 mil habitantes.

O estado de São Paulo ocupa a 1ª posição no ranking de encarceramentos da população negra, sendo assim é de suma importância ressaltar que tal dado sendo contextualizado de forma estrutural e histórica, nos leva a pontuar que da forma como se desenvolveu o trabalho livre em São Paulo devido às demandas de um mercado econômico e capitalista, fez com que historicamente, segundo a análise de Fernandes, a população negra fosse privada de formas de obter ganho no trabalho formalizado, fazendo com que tais indivíduos se sujeitassem, a condições marginalizadas e excludentes para obter seu sustento, e é esse segundo Fernandes, um dos fatores que determinaram a degradação do negro do meio

urbanizado da cidade de São Paulo. E levando em conta o dado acima, pode-se talvez constatar que tão alto índice concentrado dentro da cidade de São Paulo, pode estar completamente associado a forma como se estruturou o seu desenvolvimento econômico e social juntamente com a exclusão do negros de tal processo.

Pode-se identificar situação semelhante no formato de punição presente no contexto pós revolução industrial apresentado por Rusche e Kirchheimer, em um contexto social onde as classes trabalhadoras foram ainda mais oprimidas pelo excesso de mão de obra em uma sociedade competitiva e individualista, que as levou a ficarem em condições miseráveis se inserindo em rebeliões e crimes contra a propriedade, o que consequentemente fez com que fossem punidos, por se encontrarem em tais condições determinadas por um contexto liberal. Nessa mesma perspectiva identifica-se também a relação de tal problema do aumento do encarceramento de grupos inferiorizados, na análise apresentada por Wacquant sobre Estado e penitência nas prisões dos Estados Unidos, onde o autor coloca:

O assombroso crescimento do número de presos na Califórnia, como no resto do país, explica-se, em três quartos, pelo encarceramento dos pequenos delinquentes e, particularmente, dos toxicômanos. Pois, contrariamente ao discurso político e midiático dominante, as prisões americanas estão repletas não de criminosos perigosos e violentos, mas de vulgares condenados pelo direito comum por negócios com drogas, furto, roubo, ou simples atentados à ordem pública, em geral oriundos das parcelas precarizadas da classe trabalhadora e, sobretudo, das famílias do subproletariado de cor das cidades atingidas diretamente pela transformação conjunta do trabalho assalariado e da proteção social. (WACQUANT, 2004, p. 51).

Nessa análise realizada por Wacquant com relação ao sistema punitivo dos EUA, o autor identifica questões atribuídas à diferença entre brancos e negros no âmbito da punição, e a situação se assemelha completamente com o problema brasileiro do encarceramento da juventude negra. Wacquant aponta que a distancia entre brancos e negros ocorre devido a um caráter discriminatório das práticas policiais e judiciais.

Essa "desproporção racial", como dizem pudicamente os criminologistas, é ainda mais pronunciada entre os jovens, primeiro alvo da política de penalização da miséria, uma vez que, a todo momento, mais de um terço dos negros entre 18 e 29 anos é ora detido, ora colocado sob a autoridade de um juiz de aplicação de penas ou de um agente de *probation*, ou ainda está à espera de enfrentar um tribunal. Nas grandes cidades, essa proporção ultrapassa freqüentemente a metade, com picos em torno de 80% no seio do gueto. De modo que se pode descrever o funcionamento do sistema judiciário americano - segundo um vocábulo de triste memória tirado da guerra do Vietnã como uma "missão de localização e destruição" da juventude negra. (WACQUANT, 2004, p. 61).

O percentual nacional do encarceramento de negros segundo a pesquisa, cresceu 32% enquanto que para brancos tal percentual resultou em 26%. Ou seja, com relação à população encarcerada no Brasil nota-se uma total associação às questões estruturais do desenvolvimento econômico e social, principalmente no que diz respeito à exclusão histórica

de determinados grupos, sobre os privilégios usufruídos por outros. Como aponta Fernandes, os negros para minimamente se enquadrarem num patamar de sobrevivência no meio urbano, tiveram adentrar o mundo do crime, devido a uma anomia no que diz respeito às questões estruturais de um desenvolvimento econômico que não permitiu institucionalmente que o negro se enquadrasse numa mobilidade social em ascensão. Dessa forma o destinando a condições de marginalidade e violência. Identifica-se, portanto que tais questões estruturais e históricas na condição do negro na sociedade, refletem atualmente na concentração de um grande numero de indivíduos negros encarcerados no sistema punitivo brasileiro. Sendo de grande relevância analisar que a punição no Brasil, conforme os dados apresentados, e baseada nas relações estruturais, históricas e econômicas, pune historicamente classes desfavorecidas e marginalizadas economicamente.

CONCLUSÃO

Percebeu-se no decorrer do trabalho que as formas de punir dentro de uma sociedade estão completamente atreladas ao seu contexto histórico, social e econômico, em diferentes conjunturas sociais. Além disso, fica claro que a estrutura econômica que determina as formas produtivas da sociedade, intimamente ligadas ao trabalho e aos indivíduos envolvidos, são determinantes nas diferentes formas de mecanismos punitivos, da mesma forma que as classes punidas em dados períodos históricos, estão em sua grande maioria, em condições subalternas dentro de tal estrutura.

No que diz respeito à estrutura social brasileira, é perceptível a herança de uma sociedade escravocrata reproduzida por séculos, e que tendeu-se a deixar marcas com relação a determinados grupos sociais historicamente marginalizados por tal condição. E mesmo com a passagem para uma forma de trabalho livre, não foi efetivado pelo Estado mecanismos que incluíssem os negros como indivíduos possuidores de cidadania. Foram libertados do trabalho escravo, porém, impossibilitados de competir igualmente enquanto cidadãos em uma ordem social liberal, e destinados dessa forma à exclusão e a marginalidade.

Notou-se que atualmente, as taxas de encarceramento da juventude negra são cada vez mais crescentes, o que traz como possível constatação que, o sistema punitivo tende a reproduzir como alvo as parcelas desfavorecidas da sociedade historicamente, e que de fato a precarização das condições econômicas de determinadas classes e categorias da sociedade, desenvolve um sistema punitivo cada vez mais problemático e rígido nas suas formas de punir.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Introdução à Sociologia do Direito**. 3ª ed. Rio: ICC/Revan. 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil**. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: 2015. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf. Acesso em: 25/01/2016.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberando e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CERVINI, Raúl. **Os processos de descriminalização**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20ª ed. Petropolis: Vozes, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas S.A, 1999.

RUSCHE, Georg. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WACQUANT, Loic. **Aberração Carcerária**. Le Monde Diplomatique Brasil, ano x, n.x, set. 2004. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1169>> Acesso em: 18/01/2016.

.